Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 15/2019
PROCESSO Nº 21000.074917/2019-39

DADOS DA UNIDADE RECEBEDORA

1. CÓD. UNID. GESTORA	2. CÓD. DA GESTÃO	3. CNPJ	4. RAZÃO SOCIAL
364102	36201	33.654.831/0001-36	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

5. ENDEREÇO	6.BAIRRO OU DISTRITO	7. MUNICÍPIO
SHIS QI 1, Conjunto B, Blocos A, B, C e D, Edifício Santos Dumont	Lago Sul	Brasília

8. UF	9. CEP	10. DDD	11. TELEFONE	12. FAX	13. E-MAIL
DF	71.605-001	61	3211-9400	3211-9487	presidência@cnpq.br

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE RECEBEDORA

14. CPF	15. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
620.961.417-53	João Luiz Filgueiras de Azevedo

16. ENDEREÇO	17. BAIRRO OU DISTRITO	18. MUNICÍPIO
SHIS QI 1, Conjunto B, Blocos A, B, C e D, Edifício Santos Dumont	Lago Sul	Brasília

19. UF	20. CEP	21. DDD	22. TELEFONE	23. FAX	24. E-MAIL	25. Nº DA IDENTIDADE
DF	71.605-190	61	3211-9408	3211-9487	presidência@cnpq.br	M.1.193.056

26. DATA DA EMISSÃO	27. ÓRGÃO EXPEDIDOR	28. MATRÍCULA	29. CARGO
09/11/1976	SSP/MG	01004399	Presidente- Nomeado pelo Decreto de 15/01/2019 e publicado no DOU do dia 15/01/2019.

DADOS DA UNIDADE REPASSADORA

30. CÓD. UNID. GESTORA	31. CÓD. DA GESTÃO	32. CNPJ	33. RAZÃO SOCIAL
130148	0001	00396895009696	SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV.

34. ENDEREÇO	35.BAIRRO OU DISTRITO	36. MUNICÍPIO
Setor Bancário norte quadra 01, bloco D sala 304	Plano Piloto	Brasília

37. UF	38. CEP	39. DDD	40. TELEFONE	41. FAX	42. E-MAIL
DF	70.043-900	061	(61) 2020-0008	-	

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE REPASSADORA

43. CPF	44. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
528.909.531-49	Márcio Cândido Alves

45. ENDEREÇO	46. BAIRRO OU DISTRITO	47. MUNICÍPIO
Esplanada dos Ministérios, bloco C, 5º andar, sala 523, Gabinete	Plano Piloto	Brasília

48. UF	49. CEP	50. DDD	51. TELEFONE	52. FAX	53. E-MAIL	54. Nº DA IDENTIDADE
DF	70.046-900	061	(61) 3218-2656	-	marcio.candido(@agricultura.gov.br	559.854

55. DATA DA EMISSÃO	56. ÓRGÃO EXPEDIDOR	57. MATRÍCULA	58. CARGO
	SSP/MS	5485371	Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo Substituto - SAF/MAPA

OBJETO E JUSTIFICATIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO

59. IDENTIFICAÇÃO (TÍTULO/OBJETO DA DESPESA)

Fortalecimento da cadeia de produção de macaúba em contextos da região semiárida do Brasil

60. OBJETIVO

Estabelecer parceria entre a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF/MAPA, o CNPq e a Embrapa Agroenergia, com vistas a fortalecer a cadeia produtiva da macaúba para agricultura familiar na região semiárida do Brasil, por meio do desenvolvimento de um modelo de sistema agroflorestal para o cultivo, produção de mudas, implantação de cultivos organizados, desenvolvimento de sistema limpo e eficiente de extração de óleo de polpa, avaliação do potencial produtivo de maciços naturais, agregação de valor a produtos e coprodutos, capacitação de agricultores familiares e técnicos e estabelecimento das bases econômicas para a sustentabilidade da cadeia com base no extrativismo e cultivo racional.

61. UG/GESTÃO REPASSADORA	62. UG/GESTÃO RECEBEDORA
130148/0001	364102/36201

CONS. NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNPQ
PRE

63. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/CLIENTELA/CRONOGRAMA FÍSICO)

A macaúba (*Acrocomia* spp), também conhecida como bocaiúva ou macaíba, é uma espécie de palmeira nativa da América Tropical, disseminada em diversos biomas, inclusive em regiões semiáridas. Esta palmeira caracteriza-se por ser uma espécie multipropósito. Como produtos diretos têm-se alimentos para humanos e animais, biocombustíveis sólidos e líquidos, além da prestação de serviços ambientais para recuperação de áreas degradadas. Seu cultivo pode ser solteiro, mas tem sido preconizado arranjos agroflorestais, ou ainda integrado à produção animal. A ocorrência em áreas com restrições hídricas indica a possibilidade de incorporar a espécie em regiões mais marginais como as de ocorrência na região Nordeste. O alto rendimento em óleo, similar à palma de óleo (*Elaeis guineenses*) (Pires et al, 2013; Motoike & Kuki, 2009), coloca a macaúba como importante opção para a produção de óleos vegetais nas áreas inaptas para a palma de óleo, cobrindo boa parte do território nacional. São obtidos dois tipos de óleo da macaúba, da polpa e amêndoa. A maior parte do óleo do fruto, em torno de 80%, está contido na polpa e o restante na amêndoa. A demanda nacional e mundial por óleos vegetais é crescente. Apenas a expansão da área cultivada com soja, principal fonte atual de óleo vegetal no Brasil, não é capaz de atender às perspectivas de demandas futuras (Levermann & Souza, 2014). O aumento do consumo se dá pelos setores alimentício, oleoquímico e de biocombustíveis. Notadamente a demanda por bioquerosene de aviação vai alavancar a produção de oleaginosas, uma vez que a rota de síntese mais consolidada, chamada de hidrotratamento, tem como matéria-prima básica os óleos vegetais. Além do aumento de demanda, a humanidade está diante de uma questão imperativa para nossa perenidade que é a produção por meios mais sustentáveis que levem à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e conservação da biodiversidade. Neste quesito a macaúba tem muito a contribuir quer seja pelo extrativismo ser uma forma de estimular a conservação da flora, quer seja pelo cultivo organizado.

Diversas características compõem as fortalezas para a incorporação da macaúba no agronegócio familiar. Alto rendimento de óleo do fruto que pode ser superior a 5 ton/ha (Motoike & Kuki, 2009), equivalente à palma de óleo; ausência de compostos tóxicos nos produtos e coprodutos; aproveitamento integral de coprodutos, tortas para ração animal e uso na alimentação humana e cascas e endocarpo para fins energéticos, por exemplo (Evaristo et al, 2016); balanço de carbono muito mais favorável do que culturas anuais e similar à palma de óleo (Coppel et al, 2018); disponibilidade imediata de ganho de escala de produção pelo aproveitamento dos maciços naturais da palmeira; implantação de cultivos racionais em diversas regiões do Brasil, inclusive em áreas com restrições hídricas e em sistemas agroflorestais e também com integração com a pecuária; utilização tradicional da macaúba por populações como alimento (Feiden et al 2016), o uso direto do fruto na forma de polpas e farinhas é uma excelente opção de mercado, tanto institucional como geral, dadas as suas características nutricionais desejáveis. Portanto, a macaúba tem grande potencial como fonte sustentável de óleos vegetais e oferece oportunidades econômicas tanto para os pequenos como grandes produtores.

A maior parte das iniciativas de exploração comercial e de desenvolvimento de sistemas de produção agrícola tem-se dado nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Uma parceria da Embrapa com o World Agroforestry Center (ICRAF), financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), estendeu estes estudos e articulações para a região Nordeste. Foram instalados dois campos experimentais em 2015, um no Estado do Piauí, município de Parnaíba e outro no Ceará, município de Barbalha. No total estes dois campos perfazem ao redor de 10 ha de área experimental. Estas áreas visam estudos de sistemas de produção, envolvendo, adubação, irrigação, cultivos integrados com lavouras anuais e avaliação de desempenho de genótipos de macaúba. Com antecedência não esperada um dos genótipos avaliados no Piauí emitiu as primeiras inflorescências neste ano de 2019 e seu rendimento, caso haja pegamento de frutos será avaliado em 2019/2020. Este esforço que completa 4 anos é muito significativo no desenvolvimento da macaúba como cultura agrícola a ser inserida em contextos da região semiárida do Brasil. Foram também realizados estudos de pós-colheita e processamento do fruto (Favaro et al, 2018) e produção de mudas em pequena escala (Pimentel et al, 2018). Por fim, aquele projeto teve um componente socioeconômico e envolveu o fomento da cadeia da macaúba em comunidades de agricultores familiares do município de Barbalha (CE). Foi realizado um levantamento inicial da cadeia produtiva ora existente com base no extrativismo (Pires, 2018) e foram apoiadas ações para a melhoria do processo de extração de óleo de amêndoa. Também, houve capacitação de agentes públicos, acadêmicos e produtores rurais no uso da macaúba como alimento para consumo humano. Estas ações despertaram e motivaram a comunidade local a explorar de forma mais eficiente a macaúba. Foi produzido um vídeo que apresenta as principais ações realizadas no projeto o qual pode ser acessado pelo endereço < https://goo.gl/7hJXfj>. No entanto, ainda há diversos passos a serem dados rumo à transformação desta atividade extrativista de baixo rendimento econômico e grande esforço físico em um negócio arquitetado para, de fato, resultar em mudanças substanciais no agronegócio familiar.

CONS. NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNPQ
PRE

Além do trabalho realizado no Semiárido, a Embrapa desenvolve pesquisas com a macaúba também no Distrito Federal, onde mantém um banco ativo de germoplasma com aproximadamente 150 acessos com idade das plantas de 10 anos, experimentos de desempenho de genótipos com 8 anos e sistemas de produção com 12 anos. O conhecimento acumulado nestes trabalhos é dirigido para o desenvolvimento de toda a cadeia da macaúba e alimenta novas iniciativas.

É necessário iniciar um processo de migração para cultivos organizados através da disponibilização de pacotes tecnológicos que envolvem a oferta de variedades e cultivares, sistemas de produção sustentáveis; comercialização do fruto e de seus produtos e coprodutos de forma eficiente, preferencialmente atuando também no segmento da agroindustrialização de maneira a agregar qualidade e renda aos produtos e transformar resíduos do processamento em bioprodutos de alto valor; e construir arranjos produtivos com setores da indústria como da produção de biodiesel, alimentos e cosméticos.

No Brasil, a região do semiárido nordestino concentra metade das pessoas mais pobres do país, como resultado de históricos problemas sociais, agricultura pouco diversificada, baixo nível tecnológico, concentração de renda, baixa industrialização de produtos agrícolas e clima severo, marcado por constante seca. A pobreza nessa região poderia ser atenuada com iniciativas e incentivos para o uso de culturas que produzam alimentos e energia de forma integrada. Isto poderia ser alcançado considerando um conjunto de ações de planejamento, apoio financeiro, assistência técnica e comércio organizado. Aliado a isto, estão as políticas públicas brasileiras que apoiam programas produtivos sustentáveis. Como exemplos, podem ser citados o Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) e a lei de incentivos para o Programa de Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF). Os programas institucionais de aquisição de alimentos, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) também fortalecem a produção familiar regionalizada. A política de garantia do preço mínimo foi estendida para produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e a macaúba está incluída entre as espécies passíveis de receber subvenção. Desta forma, a macaúba ora obtida pelas vastas áreas de ocorrência natural tem seu preço garantido e o extrativista pode praticar sua atividade de forma mais segura e planejada. Estas políticas, aplicadas em diversos elos da cadeia da macaúba, asseguram maior renda e melhor qualidade de vida aos envolvidos em sua exploração extrativista. Em relação à produção de biomassa para bioenergia, há o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Um dos tripés deste programa é a aquisição de matéria-prima oleaginosa oriunda da agricultura familiar, através do chamado Selo Combustível Social. Este mecanismo estabelece uma relação direta entre agricultores familiares e os produtores de biodiesel, com benefícios mútuos. No entanto, o número de beneficiários no Semiárido caiu vertiginosamente devido à escassez de matérias-primas para atender a este mercado. A única empresa que produzia Biodiesel no Ceará (PBIO) encerrou suas atividades no Estado devido ao alto preço de importar matéria-prima de outros estados. Este cenário pode sofrer uma mudança radical com a nova Portaria Nº 144, de 22 de julho de 2019 (MAPA, 2019) que trata dos critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. De acordo com a nova diretriz a aquisição de produção de plantas perenes pode ser feita de forma antecipada, ou seja, com base no rendimento esperado para uma determinada espécie perene a empresa produtora de biodiesel pode adquirir a produção desde o início da implantação da cultura no campo, não necessitando esperar até que de fato entre em produção. Tem mais vantagens ainda se a produção se der no Semiárido, em que se aumentam os fatores de multiplicação dos benefícios. Este cenário favorece muito a cadeia da macaúba e permite novos arranjos produtivos na região semiárida.

Nesta proposição serão atacados desafios importantes para a cadeia produtiva da macaúba, como dar continuidade a programas de seleção de materiais adequados a contextos nordestinos; desenvolver sistemas de produção voltados à agricultura familiar que permitam a inclusão deste segmento na produção de oleaginosas no Semiárido; desenvolver processos de agroindustrialização para obter óleo de qualidade que seja competitivo nos mercados demandantes (energia, alimento, higiene); desenvolver produtos de alto valor agregado a partir de resíduos do processamento do fruto da macaúba; e iniciar o cultivo da macaúba em áreas de produção da agricultura familiar com a simultânea tomada de dados para acelerar o processo de desenvolvimento e transferência de tecnologia.

Ações para consolidar a cadeia produtiva da macaúba, como um agente catalisador de renda e melhoria de qualidade de vida para o agricultor familiar dependem da continuidade de aporte de recursos para superar os desafios tecnológicos e socioeconômicos existentes. Este modelo poderia ser replicado a outras áreas da região nordestina onde já ocorre naturalmente a macaúba, bem como introduzi-la em outras localidades, como está sendo feito nos tabuleiros costeiros do Piauí. Ao fim, espera-se que o conjunto de conhecimentos e tecnologias gerados neste projeto auxiliarão na instrumentalização de políticas públicas voltadas ao agricultor familiar na região do Semiárido bem como a compilação de

informações já existentes sobre sistemas de cultivo e aproveitamento da macaúba, serão norteadores para a inserção de agricultores familiares e extrativistas em políticas públicas.

Neste cenário, é importante lembrar que dentre os instrumentos de seleção de projetos para financiamento não reembolsável estão a chamada pública e a encomenda. A chamada pública é instrumento de seleção de propostas aberto a qualquer interessado qualificado, baseado em critérios pré-estabelecidos. Portanto, é aplicável quando há várias instituições que possam apresentar projetos em determinadas áreas de conhecimento.

A encomenda é destinada a ações específicas de políticas públicas, tendo como requisitos a criticidade e/ou especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a competência restrita. No caso da presente encomenda, o objetivo é ampliar os estudos desenvolvidos pela Embrapa Agroenergia para a consolidação da macaúba na região do Semiárido. Para tanto, a SAF/MAPA, o CNPq e a Embrapa Agroenergia, cada um dentro da sua área de competência, pretendem firmar parceria visando desenvolver ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a macaúba, cultura estratégica para a Bioeconomia brasileira, sobretudo se considerado o elevado potencial de produção de biocombustíveis, como biodiesel e bioquerosene de aviação (BioQav). Cumpre reiterar que a Embrapa Agroenergia é referência em pesquisas sobre a macaúba e biocombustíveis e, além de ter implantado campos experimentais de produção de macaúba nos estados do Ceará e Piauí, possui infraestrutura laboratorial capaz de atender aos objetivos gerais e específicos deste projeto. Neste caso, somente a encomenda se mostra eficaz, dada a especificidade do projeto e a infraestrutura física e notório saber do corpo técnico da Embrapa Agroenergia.

A especialista à frente deste projeto, Simone Palma Favaro, é pesquisadora da Embrapa Agroenergia desde 2012 e possui graduação em Agronomia, mestrado e doutorado em Ciências de Alimentos, todos realizados na Universidade Estadual de Londrina, com doutorado Sanduíche no Institute of Food Research, Inglaterra. Tem 18 anos de experiência em docência (Universidade Federal de Cuiabá e Universidade Católica Bom Bosco/ Campo Grande – MS), com orientação de alunos de graduação e pós-graduação. Participa de cooperações técnicas e científicas internacionais. Seu foco de atuação na Embrapa é a pesquisa com biomassas oleaginosas, sobretudo com a palmeira macaúba. Tem liderado e participado da execução de projetos de pesquisa que trouxeram importantes avanços do conhecimento sobre a fisiologia pós-colheita da macaúba e no desenvolvimento tecnológico de métodos de processamento. Participa desde a concepção inicial e execução de projeto de pesquisa da Embrapa instalado na região Nordeste do Brasil que visa o estabelecimento de sistemas de produção e aproveitamento integral do fruto com a participação de agricultores e extrativistas. O conjunto do trabalho da pesquisadora permitiu a construção de bagagem acadêmica e relacional que a consolidam como ponto focal para estar à frente desta proposta.

Clientela beneficiada pela descentralização: Agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, individualmente ou por meio de suas cooperativas ou suas associações; Setor produtivo em geral, especialmente os stakeholders das cadeias de produção de bioprodutos produzidos a partir de óleos vegetais; População brasileira, sobretudo pela melhora em indicadores ambientais e socioeconômicos decorrente do desenvolvimento da Bioeconomia no país.

CONS. NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNPQ
PRE

Cronograma Físico:

Período de execução*		48 meses a partir da assinatura				
Meta / Etapa		**Especificação**	**Indicador**		**Duração (Meses)**	
			Unidade	**Quantidade**	**Início**	**Término**
1 a 11		Regularizar acesso a patrimônio genético junto aos órgãos competentes	Cadastro Sisgen	1	1	24
1	1.1	Conduzir os experimentos agrícolas com macaúba já implantados na área da Embrapa em Barbalha (CE)	Relatório	2	1	36
	1.2	Coletar e analisar dados dos experimentos em Barbalha (CE)	Relatório	2	1	24
	1.3	Elaborar documento descrevendo as orientações para o cultivo de macaúba na região do Cariri Cearense à luz dos conhecimentos adquiridos no momento de conclusão do projeto	Relatório	1	1	36
2	2.1	Conduzir os experimentos agrícolas com macaúba já implantados na área da Embrapa em Parnaíba (PI)	Relatório	2	1	36
	2.2	Coletar e analisar dados dos experimentos em Parnaíba (PI)	Relatório	2	1	24
	2.3	Elaborar documento descrevendo as orientações para o cultivo de macaúba na região da Parnaíba (PI) à luz dos conhecimentos adquiridos no momento de conclusão do projeto	Relatório	1	1	36
3	3.1	Identificação e seleção de viveiristas interessados na produção de mudas de macaúba na região do Cariri Cearense	Relatório	1	1	3
	3.2	Coleta de sementes crioulas na região do Cariri (CE)	Relatório	1	3	4
	3.3	Pré-germinação de sementes crioulas da Região do Cariri (CE) e de outras procedências com potencial para desenvolvimento naquela região	Relatório	1	3	5
	3.4	Capacitação de viveiristas na produção de mudas de macaúba	Lista de presença	1	5	6
	3.5	Produção das mudas de macaúba por viveiristas na região do Cariri (CE)	Relatório	1	6	16
4	4.1	Capacitar os agricultores parceiros quanto ao controle financeiro das atividades relacionadas à exploração da macaúba	Lista de presença	1	10	12
	4.2	Capacitar os agricultores parceiros quanto ao processamento para secagem da polpa dos frutos da macaúba	Lista de presença	1	10	12
	4.3	Capacitar os agricultores parceiros quanto ao cultivo da macaúba	Lista de presença	1	10	12
5	5.1	Identificar e firmar acordos de parceria com agricultores familiares da região do Cariri Cearense para implantação do cultivo de macaúba	Contrato	2	2	6

CONS. NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNPQ
PRE

	5.2	Estabelecer os cultivos de macaúba nas áreas dos agricultores parceiros	Relatório	2	16	36
6	6.1	Desenvolver em escala de bancada processo de extração aquosa de macaúba com assistência de enzimas comerciais	Relatório	2	2	22
	6.2	Desenvolver em escala de bancada processo de extração aquosa de macaúba com assistência de agentes químicos	Relatório	2	23	34
7	7.1	Montar sistema de secagem de polpa de macaúba com base em modelos de secadores solares já disponíveis	Relatório	1	2	4
	7.2	Estabelecer condições de trabalho do secador de polpa de macaúba	Relatório	1	5	8
	7.3	Avaliar qualidade da polpa de macaúba produzida no secador solar	Relatório	1	6	8
8	8.1	Produzir carvão ativado de endocarpo de macaúba por gaseificação	Relatório	1	2	4
	8.2	Caracterizar aspectos físicos, químicos e morfológicos do carvão de endocarpo	Relatório	1	5	15
	8.3	Avaliar aplicações do endocarpo para propriedades como adsorvente e condicionador de solo	Relatório	1	8	20
9	9.1	Coletar e avaliação de rendimento de frutos e teor de óleo na polpa e amêndoa de acessos de ocorrência na região do Cariri (CE)	Relatório	1	4	7
	9.2	Desenvolver algoritmo para mapeamento de plantas de macaúba utilizando imagens de VANT's já disponíveis	Relatório	1	3	6
	9.3	Quantificar por imagens de satélite utilizando algoritmo desenvolvido o número de plantas de macaúba na região do Cariri (CE)	Relatório	1	7	14
	9.4	Sistematizar dados para levantamento do potencial produtivo de maciços naturais de macaúba na região do Cariri (CE)	Relatório	1	15	22
10	10.1	Realizar operações de tratos culturais (adubação, capinas, controle de pragas) para manutenção do Banco Ativo de Germoplasma de macaúba sob curadoria da Embrapa Cerrados (Planaltina/DF)	Relatório	2	1	35
	10.2	Avaliar aspectos fenotípicos de acessos promissores do Banco Ativo de Germoplasma de macaúba sob curadoria da Embrapa Cerrados (Planaltina/DF)	Relatório	2	1	35
11	11.1	Avaliar o desempenho nos aspectos sociais, econômicos e ambientais da cultura da macaúba com base em informações tomadas junto aos agricultores parceiros e nos experimentos agrícolas nas regiões do Cariri (CE) e Parnaíba (PI).	Relatório	1	3	32
12	12.1	Elaborar documento com informações de produção extrativista, desempenho de sistemas de cultivo e cenários econômicos para nortear a formulação e execução de políticas públicas aplicadas à cadeia produtiva da macaúba na região semiárida do Brasil	Relatório	1	20	34

CONS. NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNPQ
PRE

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
64. PROGRAMA DE TRABALHO	65. AÇÃO	66. PLANO INTERNO	67. FONTE DE RECURSOS	68. NAT. DA DESPESA	69. VALOR (EM R$ 1,00)
20129.21.606.2012.210V.0002	210V	RENOVAVEIS	100	3.3.90.18	R$ 244.800,00
20129.21.606.2012.210V.0002	210V	RENOVAVEIS	100	3.3.90.20	R$ 555.200,00
Total					R$ 800.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM R$ 1,00)				
71. Nº DA PARCELA	72. AÇÃO	73. MÊS DA LIBERAÇÃO	74. VALOR	75. PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DO OBJETO
1	210V	Novembro/2019	R$ 800.000,00	Novembro/2023
76. TOTAL				**R$ 800.000,00**

***A solicitação do financeiro poderá ser realizada conforme necessidade para execução.**

77. RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

I - Integra este termo o Plano de Trabalho, cujos dados ali contidos acatam os partícipes e comprometem-se a cumprir, sujeitando-se às normas de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, Decreto nº 93.872/1986 e o de nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

II - Constituem obrigações da DESCENTRALIZADORA:

a) efetuar a transferência do Recurso Orçamentário previsto para a execução deste Termo, na forma estabelecida no Detalhamento dos Recursos e Cronogramas contidos no Plano de Trabalho;
b) efetuar a liberação do Recurso Financeiro, após a comprovação, pela Unidade Recebedora, do empenhamento da despesa;
c) acompanhar o objeto do presente Termo de Descentralização através do Relatório de Cumprimento de Objeto;
d) analisar o Relatório de Cumprimento do Objeto do presente Termo.

III - Constituem obrigações da DESCENTRALIZADA:
a) promover a execução do objeto do Termo na forma e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;
b) solicitar a liberação do recurso financeiro, mediante comprovação de liquidação da despesa;
c) aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo;
d) informar, antecipadamente, à Unidade Repassadora a execução de despesas com TI, já inclusas no PDTI da Unidade Recebedora;
e) permitir e facilitar a Unidade Repassadora o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto;
f) manter a Unidade Repassadora informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução do Termo;
g) devolver os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, conforme norma de encerramento do correspondente exercício financeiro;
h) a prestação de contas dos créditos descentralizados deverão integrar as contas anuais do Órgão Recebedor a serem apresentadas aos Órgãos de controle interno e externo, conforme normas vigentes;
i) apresentar o Relatório de Cumprimento de Objeto pactuado, até 60 (sessenta) dias após o término do prazo para cumprimento do objeto estabelecido no Termo.

ASSINATURAS

Brasília, DF, 28 DE novembro DE 2019.

Assinatura - Descentralizadora

Assinatura - Descentralizada